

JORNAL DO CASO *República*

15 DE JULHO DE 1975 — N.º 10 — PREÇO: 2\$50

DIRECTOR: RAUL REGO — REDACTORES: ALBERTO ARONS DE CARVALHO/ÁLVARO GUERRA/ÁLVARO TAVARES/ANTÓNIA DE SOUSA/ARTUR ALPEDRINHA/BÉLARD DA FONSECA/CARLOS SOARES/ GREGO ESTEVES/HELENA MARQUES/JAIME GAMA/JOÃO GOMES/JORGE MORAIS/MANUEL ARONS DE CARVALHO/MANUEL GIRALDES/MARCELINO MESQUITA/NUNO COUTINHO/PAZ FERREIRA/PEDRO FOYOS/ROCHA VIEIRA/RUI CAMACHO/VASCO FERNANDES/VITOR DIREITO

ONDE ESTÁ O RESPEITO PELA VONTADE POPULAR?

— pergunta-se num documento que rebate afirmações do general Saraiva de Carvalho

Três membros do Conselho de Revolução foram à TV. O «Caso República» ocupou grande parte do tempo em que os generais Otele Saraiva de Carvalho e Morais Silva e o almirante Rosa Coutinho estiveram nos pequenos «ecrãs»

(Continua na pág. 2)

MANIFESTO

Em face da presente situação, os jornalistas de «República» difundiram o seguinte manifesto:

«Habitados a lutar pela liberdade de expressão de pensamento desde os longos anos de repressão fascista, os jornalistas da «República» — único jornal diário da resistência antes do 25 de Abril de 1974 — viram-se coagidos a prosseguir essa luta, pouco mais de um ano após a restauração das liberdades públicas em Portugal.

A coerência que devemos ao nosso passado de antifascistas e anticapitalistas, lutando pela democracia e pelo socialismo, obrigou-nos a recusar o conforto fácil dos oportunismos em voga e, por isso, a jamais abdicar do nosso direito de opinião e de crítica que, hoje, se encontra já em grande parte jugulado pelo manobristismo daqueles que se julgam proprietários da Revolução Socialista, ignorando as reais aspirações da grande maioria do Povo português.

Entendemos que os tortuosos caminhos da demagogia são a única justificação para a minimização do papel histórico desempenhado pela «República» na

(Continua na pág. 2)

MÁRIO SOARES - a coragem de enfrentar a realidade

- Os problemas começam a pôr-se quando se pretende inserir «República» no concerto monocórdico da Imprensa portuguesa.
- O Partido Socialista tem a missão de não deixar que o descontentamento nacional, que é muito grande, se polarize ao redor de posições de direita.
- A primeira condição para respeitar o Povo é respeitar a sua vontade.

(LER ENTREVISTA NA PÁGINA CENTRAL)



RESPOSTA AO GEN. SARAIVA DE CARVALHO

(Continuação da pág. 1)

e, principalmente por parte do primeiro, sobre ele foram feitas afirmações que refutam menos verdadeiras. Daí o documento elaborado pelos redactores de «República» que, a seguir, transcrevemos na íntegra.

Otelo Saraiva de Carvalho, acompanhado dos seus colegas Morais e Silva e Rosa Coutinho, esteve no passado dia 11, na Radiotelevisão, para uma entrevista colectiva, durante a qual o «Caso República» ocupou lugar destacado. Coube ao comandante do COPCON a parte essencial nas respostas relacionadas com a crise que tão claramente atingiu aquele jornal. Nesta exposição, de que o público tomou amplo conhecimento, devido ao poderoso meio de comunicação de que aqueles militares se puderam servir, foram diversas as meias-verdades e algumas as falsidades, além de lamentáveis omissões que, no contexto de relato feito pelo general Otelo Saraiva de Carvalho, deformaram a sequência dos factos e prejudicaram o pleno esclarecimento do sucedido, independentemente de agravarem a imagem da parte à qual o COPCON recusou sistematicamente a razão que lhe assistia. O general Otelo Saraiva de Carvalho procurou assim justificar perante o Povo português aquilo que face à «lei revolucionária» e às decisões do Conselho da Revolução era injustificável.

Registamos, antes de mais, a afirmação do general Otelo Saraiva de Carvalho de que o «Caso República» consistiu num conflito político. Neste ponto concordamos inteiramente com o comandante do COPCON que veio dar razão à tese que desde a primeira hora defendemos, contrariando as posições falsas e demagógicas daquelas que pretendiam e exploraram a tecla do conflito de trabalho.

Efectivamente tratou-se de um acto que visou (e conseguiu) modificar a orientação política e ideológica do jornal e, consequentemente, agredir e esbulhar as dezenas de milhar de leitores que se identificavam com aquela orientação, dando-lhe a sua confiança e a sua preferência.

Donativos e apoios

Continuam a ser inúmeras as mensagens de apoio que diariamente recebemos, sendo igualmente numerosos os donativos que chegam até nós. Neste número, por absoluta falta de espaço, não nos é possível registar uns e outros. Do facto pedimos desculpa.

Não queremos porém deixar de referir o facto de termos recebido um significativo (além de valioso) donativo enviado por um grupo de sargentos da Força Aérea portuguesa.

Assim, numa situação normal da vida portuguesa, caberia ao Ministério da Comunicação Social e aos tribunais decidir do conflito, não havendo margem para a intervenção do COPCON a não ser para garantir a execução das determinações daqueles órgãos do poder. Teremos portanto de concluir que, com a sua actuação nitidamente tendenciosa e parcial, o COPCON exorbitou das suas funções.

Cabe igualmente denunciar mais uma vez a tentativa de transformar num conflito que opôs a Redacção e outros sectores de actividade do jornal num problema entre a Administração e os trabalhadores. O que efectivamente se passou foi que, face à escalada da chamada comissão coordenadora de trabalhadores para controlar a orientação do jornal os redactores se solidarizaram com a Direcção e a Chefia da Redacção, atitude a que aderiu de imediato o Conselho de Administração.

É fácil compreender o efeito simplista e demagógico que se pretendeu extrair do binómio trabalhadores-administração no arrial de palavras e de golpes sensacionalistas em que se transformou a vida portuguesa. Para aqueles que se consideram seguros do essencial da sua luta, que consiste na defesa da liberdade de informar e do direito do Povo a ser livremente informado, tais processos não amedrontam nem fazem recuar — tal como os não amedrontaram nem fizeram recuar durante os longos anos do fascismo.

Constituiu para nós motivo de surpresa a maneira como o sr. general aventou a hipótese e referiu a possibilidade dos trabalhadores do «Diário de Notícias» virem «à liça em confronto com a Administração dizer não queremos que o «Diário de Notícias» seja dominado pelo Partido Comunista, queremos tornar isto um jornal independentes», afirmando que, em tal circunstância, o COPCON actuaria de maneira semelhante.

Ao tomar esta posição o sr. general prestou homenagem pública aos métodos e à capacidade do PCP em dominar os trabalhadores. Aliás o sr. general parece desconhecer em absoluto o que se passa naqueles e noutros jornais por ele também referidos.

Se o sr. general estiver atento talvez consiga eventualmente perceber porque é que o «Caso República» não se repete no «Diário de Notícias».

Entretanto perguntamos: Se os trabalhadores do «Diário de Notícias» — e de outros jornais — manipulados ou de forma consciente, jamais levantarem o problema da orientação do jornal serão os seus leitores obrigados a ler o jornal que lhe impingem sem alternativa de escolha, no contexto monolítico da actual imprensa nacionalizada? Pelos vistos assim será de facto se atentarmos na doutrina expandida pelo sr. general Otelo Saraiva de Carvalho, segundo a qual a mudança da orientação de um jornal depende da vontade dos seus trabalhadores não jornalistas, mesmo se esses trabalhadores são dominados por um pequeno grupo que transforma a sua opinião em vontade da maioria.

Perguntamos ainda: Considerando que os jornais portugueses, quase todos nacionalizados, vão sendo gradualmente monopolizados pelo PCP, como pensam os militares fazer cumprir a determinação do Conselho da Revolução que consagra o carácter pluralista da Revolução portuguesa? Como se garante o direito do público à aquisição dos jornais de que efectivamente gosta, se todos eles lhe são impostos sem margem a alternativa? Onde está o pluralismo, a democracia, o respeito pela vontade popular?

Não vamos responder aqui minuciosamente às diversas passagens menos correctas e menos verdadeiras do sr. general Otelo Saraiva de Carvalho, até porque algumas delas foram já esclarecidas pelo nosso comunicado de 19 de Junho, em resposta ao comunicado do COPCON do mesmo dia. Aliás a coincidência de posições leva-nos a supor que o sr. general continua a ser mal informado pelos seus mais directos colaboradores no «Caso República».

Entretanto julgamos dever salientar não corresponderem à verdade as afirmações do sr. general quanto ao pagamento por parte da Administração, dos dez dias referentes ao mês de Maio, dos aspectos relacionados com a desselegagem e abertura na manhã de 18 de Junho, das pretensas novas condições da Administração para abertura do jornal. E se estas condições tivessem sido um facto elas teriam plena justificação, dada a atitude intransigente da chamada comissão coordenadora de trabalhadores, como mais tarde se veio a provar e o COPCON favoreceu com a sua cobertura e apoio, embora em flagrante contradição com o estipulado na lei de Imprensa.

É também inteiramente falso que a Administração não quisesse proceder à reabertura das instalações (foi ela própria quem a requereu ao comandante do COPCON). Aliás, a ser verdade, isso consistiria em fazer o jogo daqueles a quem sempre o jornal incoerente e firme travada, desde 19 de Maio, pelos jornalistas de «República».

Entre as mais graves e injustas omissões no relato alinhavado pelo sr. general sobressai o facto da chamada comissão coordenadora de trabalhadores ter impedido fisicamente, por três vezes, a entrada no edifício da Direcção e Redacção, embora estas pretendessem fazê-lo ao abrigo do comunicado do Conselho da Revolução, a última das quais por sugestão directa de um membro deste mesmo Conselho.

Criaram-se assim situações de facto que, sob pretextos vários em que o sr. major Arlindo Dias Ferreira se mostrou hábil, consumuraram a realidade mais gritante, qual seja a da empresa haver sido entregue a uma parte dos seus trabalhadores, ficando no exterior outros trabalhadores e o legítimo representante dos seus proprietários, cuja acção desinteressada ajudou a fazer de «República» um dos mais denodados combatentes antifascistas. E foi assim apesar

de, segundo o general Otelo Saraiva de Carvalho, o major Dias Ferreira ser um dos seus oficiais mais apartidários e mais isentos...

Por tudo o que atrás fica dito a Administração, Direcção e Redacção de «República» esperam ter igualmente acesso aos «ecrans» da RTP. Não para uma entrevista colectiva, mas para um debate com membros do Conselho da

Revolução, debate em que deveria tomar naturalmente parte o sr. general Otelo Saraiva de Carvalho. Só assim poderiam defender com as mesmas armas a sua razão e provar à opinião pública de que lado está a verdade. Para além de tudo, tal confronto de posições seria indubitavelmente mais esclarecedor para o Povo do que os monólogos que, na Televisão, têm vindo a tornar-se prática corrente.

MANIFESTO

(Continuação da pág. 1)

libertação do jugo fascista, pois muitos são os «progressistas» de 26 de Abril, de 29 de Setembro e de 12 de Março entre os que lideram o combate fratricida com que se procura aniquilar as liberdades democráticas.

Trata-se de uma fraqueza nada revolucionária que se traduz na tentativa de substituir o combate ideológico pelo silenciamento de ideias e de factos, atitude que traz em si o germe da nova repressão censória.

O futuro se encarregará de demonstrar aqueles que não querem ou não podem compreender o alcance da nossa luta, como ela está sendo importante para que não haja recuos no processo de libertação do Povo português, a caminho de um socialismo de rosto humano que não possa acabar sob as lagartas dos blindados de qualquer imperialismo.

Muitos dos que hoje nos caluniam, procurando convencer a opinião pública de que não passamos de um grupo de contra-revolucionários, nasceram para a política depois do desmantelamento da máquina fascista da repressão e não aprenderam ainda que a verdade é revolucionária, refugiando-se no medo do debate ideológico e nos esquemas autoritários que, noutros lugares, implantaram um mundo de silêncio em nome da sociedade sem classes que não foram capazes de construir.

Repudiando o apoio oportunista de forças de direita, manifestamos a nossa firme determinação em prosseguir a luta pela liberdade de expressão e pelo direito à informação do Povo português, inseparáveis do combate pelo socialismo, recusando quer o aventurismo anarco-populista quer o dogmatismo do partido único.

Pensamos que, deste modo, mantemos uma coerência ideológica, conseguida e fortalecida no tempo difícil do fascismo, e que estamos a respeitar a vontade claramente expressa pelo Povo português de saudar a libertação em 25 de Abril de 1974, e confirmando-a nas urnas em 25 de Abril de 1975.

Conscientes do papel essencial que a Informação desempenha na construção da sociedade nova, não podemos calar a nossa indignação pela forma como ela está progressivamente a manipular o Povo e a escamotear a realidade, conferindo dimensão universal e única a vozes minoritárias que cada dia demonstram mais claramente um delírio utópico, divorciado do País real e das aspirações das massas populares.

Batemo-nos, ontem como hoje, contra quaisquer privilégios. Por isso, estamos ao serviço do Povo português, como trabalhadores intelectuais, recusando simultaneamente qualquer espécie de elitismo e de submissão a interesses sectários ou novos catecismos.

Dessacralizar, desmistificar e desmitificar são tarefas de que devem orgulhar-se os revolucionários.

Não consideramos que a realidade humana não é tão pobre que tenha eternamente de regressar à luta entre o Bem e o Mal. Todas as ditaduras começam neste desrespeito de considerarem o Homem cristão ou ateu, ariano ou judeu, branco ou negro.

Porque acreditamos no Homem que desmente este simplismo primário a que procuram reduzir-lo os totalitarismos, afirmamos a nossa decisão de lutar pela liberdade e pelo fim da exploração. Sendo a nossa arma a palavra, só a força nos reduzirá ao silêncio.

UM TEXTO DE TROTSKY REEDITADO EM DEFESA DA REDACÇÃO DE «REPÚBLICA»

«Devido às suas posições de princípio e modificando apenas alguns pormenores, este texto de Trotsky poderia ter sido escrito como resposta ao ataque reaccionário contra a liberdade de imprensa verificado em Portugal. O que é mais impressionante registar, mas não se deve ao acaso, é que a iniciativa de encerramento do «República» se deve aos estalinistas portugueses, muito possivelmente de acordo com os dirigentes do M.F.A., que gostariam de restabelecer um controlo governamental sobre a imprensa».

Estas foram palavras utilizadas pela Intercontinental Press (9-6-75) — boletim informativo editado pelo S. W.P. (Socialist Workers Party), organização trotskista norte-americana, simpaticante do Secretariado Unificado da IV Internacional — a introduzir um texto escrito por Léon Trotsky, em 1936, acerca do problema da liberdade de imprensa. Os jornalistas do «República» não querem deixar de publicar esta importante achega para a compreensão do significado contra-revolucionário do assalto ao nosso jornal. A posição assumida por esta corrente trotskista demonstra claramente que houve sectores da extrema-esquerda revolucionária que souberam entender a importância da luta pela liberdade de imprensa, ao contrário do que se dá a entender nos meios de comunicação social portugueses que se publicam sob a tutela do ministro Correia Jesuino.

O artigo que a seguir se transcreve foi publicado pela primeira vez como editorial do jornal teórico mexicano «Clave», sob o título «La libertad de prensa y la classe obrera». Esta afirmação de princípios era feita em nome do conselho da redacção, com vista a definir claramente a posição do jornal quanto à liberdade de imprensa.

A Intercontinental Press sublinha que a diferença entre a situação portuguesa e a ofensiva desencadeada pelos estalinistas no México, em 1938, reside no facto de que o governante mexicano Cardenas «não apreciava a intervenção de Moscovo nos assuntos internos mexicanos (o que explica o falhanço da campanha de que fala o artigo de Trotsky). O burguês Cardenas era, neste caso, um democrata mais consequente do que os dirigentes do M.F.A. que proclamam em alto e bom som os seus objectivos socialistas». Finalmente, informa o jornal trotskista que «Vicente Lombardo Toledano, adepto da colaboração de classes, dirigente da Confederacion de Trabajadores de México e editor do jornal da confederação «El Popular», era um compagão de route dos estalinistas que tomou parte activa nas manobras para fomentar uma atmosfera de caça às bruxas, facilitando os planos da policia secreta de Estalin para o assassinato de Trotsky».

O ARTIGO DE TROTSKY: A CLASSE OPERARIA E A LIBERDADE DE IMPRENSA

Está a decorrer, no México, uma campanha contra a imprensa reaccionária. Este ataque é orquestrado pelos dirigentes da CMT, mais exactamente por Lombardo Toledano em pessoa. O objectivo desta campanha é «sintonizar» a imprensa reaccionária, submetendo-a a uma censura democrática ou proibindo-a totalmente. Os sindicatos foram postos em pé de guerra. Os democratas incuráveis, corrompidos pelos seus contactos com Moscovo estalinizada e empurrados pelos seus «amigos» do GPU (policia secreta soviética), saudaram esta campanha, que se impõe considerar como suicida. De facto, não é difícil prever que, mesmo se esta campanha triunfar e chegar a resultados práticos a gosto de Lombardo Toledano, as últimas consequências recairão, antes de mais, sobre a classe operária.

A teoria, como a experiência histórica, provam-no: toda a restrição à democracia, numa sociedade burguesa, é, em última análise invariavelmente dirigida contra o

Nós respondemos: «Esta objecção prende-se a uma tentativa de identificação do Estado operário ao Estado burguês. Ainda que o México seja um país semi-colonial, é também um Estado burguês e de maneira nenhuma um Estado operário. De resto, mesmo do ponto de vista dos interesses da ditadura do proletariado, proibir ou censurar os jornais burgueses não constitui, de modo nenhum, um «programa» ou um «princípio» ou a situação ideal. Tais medidas não podem ser senão um mal temporário inevitável».

Uma vez no poder, o proletariado pode ser forçado a tomar, por um certo tempo, medidas de excepção contra a burguesia, se a burguesia se rebelar abertamente contra o Estado operário. Nesse caso, restringir a liberdade de Imprensa constituirá um dos meios utilizados para ganhar uma guerra civil. Naturalmente, quando se é obrigado a utilizar artilharia e aviões contra o inimigo, não se pode permitir a esse mesmo inimigo que mantenha os seus próprios centros de decisão e propaganda no seio do campo armado do proletariado. Isto não invalida que, também neste caso, se essas medidas de excepção forem mantidas a ponto de se transformarem numa característica permanente, não tragam em si próprias o perigo de se tornarem incontroláveis e de darem à burocracia operária um monopólio político que seria uma das fontes da sua degenerescência.

Temos, diante dos olhos, um exemplo vivo de uma tal dinâmica: a vergonhosa supressão da liberdade de palavra e de imprensa que é, actualmente, a regra em vigor na União Soviética. Isto nada tem a ver com os interesses da ditadura do proletariado. Pelo contrário, trata-se da protecção dos interesses da nova casta dirigente contra a opposição operária e camponesa. Esta burocracia bonapartista de Moscovo está a ser imitada, presentemente, pelos srs. Lombardo Toledano e Ca., que identificam as suas carreiras pessoais com os interesses do socialismo.

As tarefas reais do Estado operário não são a imposição da mordada policial à opinião pública, mas sim, e muito mais, libertá-la do jugo do capital. Isto só é realizável quando se remeterem os meios de produção, incluindo a produção da informação pública, para as mãos de toda a sociedade. Uma vez efectuada esta medida socialista fundamental, todas as correntes de opinião pública que não empunham armas contra a ditadura do proletariado devem ter a liberdade de exprimir-se livremente. É dever do Estado operário pôr à disposição de todos, em função da sua importância numérica, os meios técnicos de que têm necessidade, tais como as tipografias, o papel, os transportes. Uma das causas principais da degenerescência do aparelho do Estado é o controlo da imprensa pela burocracia estalinista, que ameaça conduzir à ruína total todas as conquistas da revolução de Outubro.

Se fosse necessário procurar exemplos da influência nefasta

do Komintern sobre o movimento operário nos diversos países, a actual campanha de Lombardo Toledano oferecer-nos-ia um dos exemplos mais estranhos. Toledano e os seus discípulos doutrinários tentam, fundamentalmente, introduzir, num sistema democrático burguês, os meios e os métodos que poderiam, em certas condições limitadas no tempo, revelar-se inevitáveis sob a ditadura do proletariado. E o que é mais, eles não vão realmente buscar esses métodos à ditadura do proletariado mas, antes, aos seus usurpadores bonapartistas. Por outras palavras, eles inoculam, a uma democracia burguesa já doente, o virus duma burocracia estalinista em declínio.

A democracia anémica do México enfrenta, permanentemente, uma ameaça mortal que vem de duas direcções: por um lado, a do imperialismo estrangeiro; por outro, a dos agentes reaccionários no interior do país, que controlam as publicações de maior tiragem. Mas só os cegos e os fracos de espírito podem imaginar que proibir a imprensa reaccionária permitiria que os trabalhadores e os camponeses se libertassem da influência das aldeias reaccionárias. Na realidade, só a maior liberdade de palavra, de imprensa e de organização pode criar as condições favoráveis ao desenvolvimento do movimento revolucionário da classe operária.

É necessário combater sem tréguas a imprensa reaccionária. Mas os trabalhadores não podem deixar que a repressão do Estado burguês se substitua à luta que eles devem travar através das suas próprias organizações e da sua própria imprensa. Hoje, o Estado pode parecer «bem» disposto em relação à organizações operárias; amanhã, o governo pode cair, cairá inevitavelmente nas mãos dos elementos mais reaccionários da burguesia. Nesse caso, todas as leis restritivas existentes seriam

utilizadas contra os trabalhadores. Só aventureiros que apenas pensam no momento presente, podem permanecer cegos a este perigo.

O meio mais eficaz de combater a imprensa burguesa é desenvolver a imprensa operária. É claro que jornais «amarelos» do género de «El Popular» são incapazes de realizar uma tal tarefa. Folhas desse género não têm lugar na imprensa operária, na imprensa revolucionária e, até, na imprensa considerada democrática. «El Popular» serve as ambições pessoais do sr. Lombardo Toledano que, por sua vez, serve a burocracia estalinista. Os seus métodos — calúnias, mentiras, caça às bruxas, falsificações — são também os métodos de Toledano. O seu jornal não tem nem programa, nem ideias. É incontestável que um tal jornal não poderá encontrar um verdadeiro eco na classe operária, nem afastar o proletariado dos jornais burgueses.

Chegamos assim à conclusão inevitável de que o combate contra a burguesia começa pela rejeição dos «dirigentes» corrompidos das organizações da classe operária, em particular libertando a imprensa operária da tutela de Lombardo Toledano e de outros arrivistas burgueses. O proletariado mexicano precisa de um jornal honesto que exprima as suas aspirações, defenda os seus interesses, alargue os seus horizontes e abra ao México a via da revolução socialista. É o que o «Clave» se propõe fazer.

Por isso, comecemos por declarar uma guerra sem tréguas às miseráveis pretensões bonapartistas de Toledano. E estamos convencidos de que seremos acompanhados, neste combate, por todos os trabalhadores de vanguarda, os marxistas e os democratas autênticos.

Léon Trotsky

21 de Agosto de 1936

AS DISTRAÇÕES DO ÁRBITRO

Segundo a já famosa Comissão de Trabalhadores da «República», o jornal «Lotta Continua» (extrema-esquerda italiana) trascreveu o primeiro número da edição-pirata da «República» de 10 do corrente.

Como é do domínio público, o ministro Jesuino classificou a publicação do «Jornal do Caso República» no «Quotidieu de Paris» de «criminoso».

O silêncio do ministro Jesuino relativamente à publicação da «República»-pirata em Itália, mostra de que lado ele está.

Poder-se-ia pensar que o ministro Jesuino, perito em Leibnitz e Marcuse, estaria — comunicante e social — do lado da verdade ou, pelo menos, «árbitro do gosto». Mas não. Ele só se mete no jogo às vezes e não dá mostras de conhecer as regras. Quanto a remorsos, nem sombra; que em invocando a Revolução ficam as almas imaculadas.

NÃO HÁ DEMOCRACIA POLÍTICA SEM O RESPEITO PELA LIBERDADE E PELO SUFRÁGIO UNIVERSAL

— afirmou Mário Soares na entrevista

«Durante muitos anos, quando em Portugal se queria atacar uma pessoa, chamava-se-lhe comunista. Eu, não sendo anti-comunista, não sou de maneira nenhuma comunista. E tenho, até, grandes críticas a apresentar à ideologia comunista no seu conjunto e, de forma especial, à maneira como o P. C. P. encara e vive essa ideologia comunista. Como quer que seja, fui muitas vezes objecto da acusação de que era comunista durante o fascismo. Quando, na PIDE, me queriam acusar e me queriam também fazer confessar que era comunista, eu sorria. Quando me podia sorrir...». Mário Soares, agora acusado de fascista e de reaccionário, respondia a uma interrogação sobre como se sente um lutador anti-fascista que foi perseguido, que foi preso, que teve de se exilar, como se sente, esse, na pele de um «fascista-reaccionário».



«...O POVO PORTUGUÊS NÃO É FASCISTA, NEM É COMUNISTA.»

Actualmente — prosseguiu — parece que me querem fazer passar por reaccionário e por fascista. A minha reacção é exactamente a mesma. As duas atitudes de espírito são paralelas. E revelam a mesma orientação fundamental: essa maneira de conceber o mundo através da qual só há branco e preto. Pretende-se impor o conceito de que só há duas «soluções» — ou o comunismo ou o fascismo. Os fascistas tentaram-no no passado, sem êxito; os comunistas tentaram-no hoje, por razões idênticas. Tal dic-

tomia nada tem a ver com a realidade nacional, significando que nem uns nem outros conhecem o Povo português nem o país ao qual se dirigem. A verdade é que o Povo português nem é fascista nem é comunista, mas sim, e na sua grande maioria, socialista.

— Diz-se que o caso «República» foi utilizado pelo Partido Socialista, primeiro para desencadear uma campanha internacional contra a revolução portuguesa e,

depois, para justificar a sua saída do Governo.

— Isso é completamente falso. Em primeiro lugar, o caso surgiu ao Partido Socialista como um facto consumado. Quando o director e a Redacção do «República» foram sequestrados no Jornal, o Partido Socialista reagiu, porque viu nessa atitude uma escalada semelhante àquela que havia ocorrido com outros órgãos da Informação, que acabaram por cair sob o controlo e a dominação de um determinado partido. Foi o que sucedeu com o Diário Popular, o Diário de Lisboa, o Diário de Notícias e o Século, que hoje são considerados como o «Pravda» e o «Izvestia»... Neste aspecto há ainda a considerar a Emissora Nacional, a Radiotelevisão Portuguesa, o Rádio Clube Português, a agência noticiosa ex-ANI. Sobre todos esses órgãos de comunicação social projectou-se todo um comportamento para levar à eliminação daqueles elementos que pudessem ter uma posição mais objectiva ou mais independente, com a meta final de conseguir o controlo directo desses órgãos da Informação.

SILENCIAR UMA VOZ LIVRE

Quando esse esquema foi repetido relativamente ao «República», o Partido Socialista — que nada tem a ver directamente com o «República» mas que tem, naturalmente, uma grande simpatia pelo jornal na medida em que o seu director é membro do Partido Socialista, o mesmo acontecendo com uma grande parte dos seus leitores e amigos — o Partido Socialista, dizia, achou que isso era demais e que havia chegado a altura de dizer «basta» nessa escalada, sob risco de amanhã não haver nenhum órgão no qual o Partido Socialista pudesse ter um acesso fácil.

Nessa altura, o Partido Socialista advertiu o Conselho da Revolução, o Presidente da República e o Primeiro-Ministro sobre o que ocorria. O «República» é um órgão que durante o fascismo existiu sempre, que transitou da parte dos republicanos liberais para os socialistas durante esse período e que prestou grandes serviços ao movimento antifascista e anticolonialista. Não poderíamos permitir que um jornal assim caísse sob a alçada do Partido Comunista e seus satélites ou acólitos. Disse-o de uma maneira muito clara. Aliás, vários factos que se passaram imediatamente antes dessa tomada de posição da chamada comissão de trabalhadores demonstraram que havia um plano para tomar conta do «República», como, por exemplo, a saída de alguns elementos da Redacção membros

do Partido Comunista, possibilitando assim, à chamada comissão de trabalhadores, um mais fácil desencadear das operações destinadas a tomar conta do Jornal.

Portanto, o problema surgiu. Portanto, o Partido Socialista viu-se obrigado, perante os factos, a tomar uma posição, obrigado a reagir veementemente. O Partido Socialista não tinha sequer previsto que tal podia acontecer. Penso que nem o director nem a administração do «República» o previram tampouco. Talvez que, quer a Direcção quer a Administração, possam hoje fazer uma auto-crítica pelo facto de não haverem assimilado convenientemente, e em devido tempo, a lição constituída pelos acontecimentos verificados no «Diário de Notícias» e noutros órgãos. De qualquer modo, tudo aconteceu subitamente e logo após a campanha eleitoral, exactamente numa altura em que seria de prever um afrouxamento das lutas partidárias. Um afrouxamento que não se verificou.

Disse, repito, claramente ao Presidente da República, ao Conselho da Revolução e ao Primeiro-Ministro que não permitiríamos que o «República», à semelhança de outros órgãos da Informação já referidos, fosse dominado ou ficasse sob o controlo mais ou menos efectivo do Partido Comunista.

A reacção oficial aos protestos que apresentámos, foi a de assegurar o pluralismo, afirmando não acreditar que se tratasse de um problema político, portanto de um caso de limitações da liberdade de informação, mas sim de um conflito de trabalho. Nós demonstrámos, também, que fundamentalmente se tratava de um pretexto para tomar conta do jornal e da sua orientação.

NÃO ENCOSTAR À PAREDE O CONSELHO DA REVOLUÇÃO

O Conselho da Revolução pronunciou-se no sentido do cumprimento da Lei de Imprensa. E o cumprimento da Lei de Imprensa implica que a orientação de um jornal seja da responsabilidade da Direcção e da Redacção e não dos tipógrafos ou dos empregados administrativos. Simplesmente aconteceu que as resoluções do Conselho da Revolução não puderam ser levadas à prática nem efectivadas, por uma razão ou por outra. Entretanto, como nos foi feita a promessa formal de que o problema seria resolvido, os ministros socialistas que tinham abandonado o Governo, voltaram ao Governo.

— Voltaram ao Governo baseados, como disse, na promessa formal que lhes

havia sido feita. Terá havido, para além da confiança implícita, o desejo de não criar a ideia de que o Conselho da Revolução tinha sido «encostado à parede»?

— Evidentemente que não desejaríamos dar lugar a qualquer ideia de que estávamos a desconfiar do Conselho da Revolução e que isso, depois da promessa de uma resolução a contento, foi determinante para o nosso regresso ao Governo antes da promessa concretizada. Mas também é certo que nunca nos passou pela cabeça que o Conselho da Revolução não tivesse força — ou não quisesse ter força — para resolver o problema. A verdade é que, depois disso, a situação se foi arrastando, deteriorando-se sempre. Numa dada altura o COPCON e o Conselho da Revolução, através dos delegados que nomearam para discutir o caso, permitiram que a chamada comissão de trabalhadores ocupasse o jornal, deixando na rua a Direcção e a Redacção. Aliás, os delegados dos dois organismos não só permitiram como até aquiesceram, não obstante a presença de milícias armadas constituídas por indivíduos estranhos ao «República».

Mesmo assim, nós não acreditamos que a dita comissão de trabalhadores fizesse publicar o jornal, até que ela mesma o anunciasse.

Nessa altura voltamos a avisar o Conselho da Revolução, através dos seus representantes, que isso seria muito grave e daria inevitavelmente lugar a nova crise política. Por intermédio do ministro do Trabalho e já na madrugada do dia 10, o Conselho da Revolução tomou a medida de proibir formalmente a chamada comissão de trabalhadores de publicar o jornal. A dita comissão não fez caso nenhum dessa proibição — ignorou-a, pura e simplesmente — e publicou o jornal. Singularmente, o Conselho da Revolução não só não reagiu a esta violação de uma ordem expressa e das decisões que haviam anunciado ao País, como até parece ter gostado que tal violação tivesse sido concretizada com total atropelo das leis. E diz-se, agora, que os trabalhadores têm sempre razão.

Será preciso perguntar, nisto dos trabalhadores terem sempre razão, que espécie de trabalhadores e que espécie de razão. Será que os tipógrafos e os administrativos, muitos dos quais ganham mais que os redactores, têm «sempre razão» contra os redactores, tratando-se de um jornal? Porquê? Ou será que «os trabalhadores

E NÃO EXISTIR DE IMPRENSA

revista que nos concedeu

têm sempre razão» quando se reclamam de um partido minoritário, ou de partidos minoritários, contra trabalhadores independentes ou trabalhadores que se reclamam do Partido Socialista? São problemas que, se impõe esclarecer, mas que só o tempo poderá esclarecer devidamente.

O CONCERTO MONOCÓRDICO DA IMPRENSA PORTUGUESA

— O sr. disse, há pouco, que o Partido Socialista na da tinha directamente a ver com o «República»...

— Muito claramente — interrompeu Mário Soares — o Partido Socialista sempre disse que «República» não era o seu órgão. O órgão do Partido Socialista é o «Portugal Socialista». O «República» é um jornal de expressão socialista pluralista e totalmente independente. Independente em dois sentidos: porque não vive dos dinheiros públicos, mas da sua administração, dos seus leitores, da sua publicidade; e independente, também, porque não recebe ordens de nenhum partido. É preciso ter em conta que a Redacção do jornal — na qual existem elementos que são estranhos ao Partido Socialista e onde até existiam comunistas —, a Direcção e a Administração não estão ali para assegurar uma orientação política ditada por um partido, mas sim para fazer o jornal que entenderem dever fazer: isto nada tem a ver com o facto de seguirem livremente uma orientação socialista pluralista e de alguns deles serem membros do Partido Socialista.

— Não obstante, há conhecimento de que, por vezes, no Partido Socialista, não se gostava de certas posições tomadas no «República».

— É evidente que quando o jornal «República» aparecia a veicular determinadas orientações ultra-partidárias de tipo comunista, o Partido Socialista não gostava. Pessoalmente, dentro de um espírito de diálogo e de livre crítica, várias vezes fiz sentir ao Raul Rego a discordância em relação a certa orientação que eu considerava demasiado liberal e contrária a uma linha claramente socialista, embora aberta a uma pluralidade de opções dentro do socialismo. O «República», algumas vezes, sugeria aos seus leitores uma orientação contrária a essa linha, quer defendendo de uma maneira muito directa posições do Partido Comunista, quer fazendo o mesmo em relação a

certos agrupamentos esquerdistas. Isto evidencia afinal — e os números passados podem prová-lo em qualquer altura — que o «República» nunca foi como que um veículo do Partido Socialista. Por outro lado, o facto do «República» ter muita gente, e gente muito variada, a colaborar, agradava-nos, na medida em que no «República» se prolongava uma tradição de unidade antifascista. A leitura do jornal torna-se aliás, suficientemente elucidativa: o «República» é um órgão amplamente informativo, onde se publicavam alguns artigos de fundo com uma certa orientação socialista.

Os problemas começam a pôr-se quando se pretende inserir o «República» nesse concerto monocórdico da imprensa portuguesa, ao serviço de um agrupamento que não é o Partido Socialista mas sim o Partido Comunista.

— Voltando um pouco atrás e desinserindo o conceito do contexto «República», gostaria que se pronunciasse sobre a afirmação do general Otelo se-



MÁRIO SOARES CONVERSANDO COM O NOSSO REDACTOR CARLOS SOARES

gundo a qual «os trabalhadores têm sempre razão».

— Dá-me a impressão de que a afirmação do general Otelo Saraiva de Carvalho deve ser integrada no seu próprio contexto. Desconheço qual ele seja, pois não assisti ao programa de televisão onde ela foi produzida. Penso no entanto que ele terá querido dizer que entre o mundo do trabalho e o do capital, ele é pelo do trabalho. Se é neste sentido genérico que a afirmação deve ser entendida, ela não dá lugar a críticas, antes pelo contrário. Agora se ela significa que no caso concreto de diferenças que existem

na sociedade portuguesa, certas categorias de trabalhadores têm sempre e forçosamente razão... isso é outra coisa. Mas penso que não, que a afirmação tem o sentido genérico que atrás enunciei.

QUE CAMINHO PARA O SOCIALISMO?

Voltando à sua pergunta inicial, sobre um aproveitamento do caso «República» pelo Partido Socialista, quero dizer que não só não foi feito qualquer aproveitamento pelo Partido Socialista do caso «República», como, pelo contrário, esse aproveitamento foi feito, sim, mas por forças antagónicas ao Partido Socialista, para provocar a sua saída do Governo. Isto é evidente. Quando se publica o jornal contra uma ordem expressa do Conselho da Revolução, sabendo-se que o Partido Socialista tinha avisado com um mês e meio de antecedência, que isso provocaria a sua saída do Governo, torna-se óbvio que tal foi feito para provocar uma crise... do mesmo modo que quatro dias antes se havia lançado uma campanha de boatos para provocar uma crise. Qualquer pessoa compreenderá, assim, facilmente, que essa crise não foi provocada pelo Partido Socialista mas, sim, que o Partido Socialista foi vítima dessa crise provocada por outros.

Diz-se também que o Partido Socialista aproveitou, no plano exterior, o caso «República». Isso é igualmente falso. O caso «República» é um caso que apasiona a opinião pública mundial, até na medida em que se trata de um caso sintomático, de um teste da liberdade de imprensa em Portugal e da autoria revolucionária do Estado revolucionário português. Por outro lado, inserindo o caso República na escalada pelo domínio dos órgãos da informação a fim de possibilitar a tomada do Poder por meios não democráticos, é, o caso, pela sua exemplaridade, põe o problema sobre que espécie de socialismo nós pretendemos, sobre que espécie de sociedade se está a tentar construir em Portugal. Esta, aliás, é a linha seguida por numerosos observadores estrangeiros. É

assim que um homem como o sociólogo Herbert Morand publica um artigo no «Nouvel Observateur», pondo o problema da liberdade nas sociedades socialistas e servindo-se do exemplo do caso «República», e é assim, também, que centenas de comentários têm sido feitos por todo o lado. Diz-se que o caso «República» foi aproveitado pelo Partido Socialista, é o mesmo que dizer-se que o caso Watergate foi aproveitado pelos progressistas americanos.

O caso «República» é, sim, um caso que apasiona a opinião pública mundial. Pela sua exemplaridade. E também pelo facto de ele pôr o problema de se saber se é possível construir um socialismo pela via democrática ou se o socialismo tem de ser, sempre e necessariamente, aquilo que eu considero a negação do socialismo: um regime de penúria autoritária, um capitalismo de Estado ao serviço de uma burocracia e de elementos policiais e oportunistas.

INTERESSA SABER SE O GOVERNO GOVERNA

— Uma das acusações feitas ao Partido Socialista é a de que, abandonando o Governo, teria de certo modo abandonado os dois milhões e meio de votantes.

— Interessaria saber o que, depois de tudo, estariam agora a fazer lá os ministros socialistas. Interessaria saber também se há Governo — ou, por outras palavras, se o Governo existente governa.

É evidente que o Governo — e a crise de Palma Carlos surgiu devido a isso — tem de ter uma orientação política. Num regime que tem por base um concerto de partidos divergentes, forçoso se torna existir o princípio da colegialidade, das decisões colectivas. Quando as decisões fundamentais do Estado, as políticas fundamentais, passam à margem do Governo; quando os membros de determinado partido não têm a mínima possibilidade de fazer respeitar a Lei que todos aprovaram; quando o próprio Conselho da Revolução não pode — ou não quer

(Continua na pág. 6)



«REPÚBLICA» TINHA UMA TRADIÇÃO ANTIFASCISTA

AS DECLARAÇÕES DE MÁRIO SOARES

(Continuação da pág. 5)

— Impor o cumprimento das suas próprias decisões; quando um Conselho da Revolução reconhece, publicamente, perante o País, que há distorções nos órgãos de Informação que afectam o pluralismo que afirma defender e depois, ao contrário do que havia prometido, não corrige essas distorções... é evidente que se torna imperioso conhecer para que serve a presença do Partido Socialista ou dos representantes socialistas no Governo.

Para os representantes socialistas — e nós sempre o dissemos — estar ou não estar no Governo não era o problema essencial. O problema essencial para nós é saber se existe um projecto comum e se de facto se pretende executar esse projecto político comum; se ele é claramente compreendido por toda a Nação. Ora, nós verificamos através de casos como o do «República» que não existe um projecto comum e que as atitudes do Governo não são compreendidas pela maioria da Nação.

Por tanto, há um equívoco: o Partido Socialista não está a fazer nada no Governo e não se trata de abandonar os seus dois milhões e quinhentos mil votantes; trata-se, pelo contrário, de ser fiel àqueles princípios que levaram esses dois milhões e quinhentos mil portugueses a reconhecerem-se no Partido Socialista e a votarem nele.

O ANARCO-POPULISMO AMEAÇA SUBVERTER A SOCIEDADE PORTUGUESA

— *Alguns tempo depois do «25 de Abril», a palavra «revolução» começou a ser usada em Portugal com grande frequência. Para o Partido Socialista, e a partir de 25 de Abril, o que é, ou o que significa, «revoluções»?*

— Para nós, Revolução significa a transformação radical da sociedade e das suas estruturas. Estávamos num país que tinha estruturas retrógradas, a economia ultrapassada, um capitalismo parasitário e em que era perpetuado um sistema de exploração gravoso para as classes trabalhadoras. Havia grandes manchas modernizadas, mas, no seu conjunto, o país era dominado por estruturas semi-feudais. Assim, para nós, a Revolução significa antes de mais nada uma libertação um corte com esse passado e o apontar para a construção dum futuro que desejamos socialista, na medida em que acreditamos que o socialismo é o regime que termina com a alienação do homem, do trabalhador, e que permite terminar também com a exploração do homem pelo homem. Não, naturalmente, para amanhã, nem, certamente, para daqui a dez ou doze anos; visto que se trata de uma transformação a longo tempo — e muito profunda — da sociedade portuguesa.

Nós aceitamos a palavra revolução. Estamos inseridos na Revolução e consideramo-nos um partido revolucionário, na medida em que não queremos conservar as estruturas do capitalismo, mesmo adoptando esse capitalismo com reformas sociais — essa é a via social-democrata. Pelo contrário, nós queremos cortar com o capi-

talismo, liquidar o capitalismo e construir em seu lugar uma sociedade socialista original. Original no sentido em que compatibilize as grandes reformas ao serviço dos trabalhadores com as liberdades.

Tem-se utilizado a palavra «revolução» para definir qualquer coisa de vago, para impor um determinado mito; tudo aquilo que vai no sentido da revolução seria imediatamente justificável; tudo aquilo que não vai no sentido da revolução seria imediatamente reprovável.

CAMINHAR NO SENTIDO DA CONTRA-REVOLUÇÃO

Mas o que vai no sentido da revolução? A demagogia? O extremismo? O anarco-populismo que está a ameaçar subverter a sociedade portuguesa, lançou-lhe num caos, destruir toda a economia? Isto é ir «no sentido» da revolução? Pensamos que não. Pensamos que isto é ir no sentido da contra-revolução.

Quando falamos em revolução, e particularmente em revolução socialista, quisemos saber quais são os objectivos. Queremos nós criar em Portugal um socialismo autêntico, ou criar em Portugal um capitalismo de Estado de fachada socialista? Queremos nós, para criar uma sociedade socialista em Portugal, abstrair a situação geo-estratégica em que se insere Portugal? Temos nós condições para nos separar completamente da Europa? De uma Europa que não é socialista mas que, também, à sua maneira, marcha no sentido do socialismo? Uma Europa que está em evolução e que terá que deixar de ser uma Europa dos «trusts» para se tornar na Europa dos trabalhadores? Podemos nós «cortar-nos» desta Europa sabendo que temos um milhão de trabalhadores lá e que assim os deixaríamos abandonados à sua sorte? Podemos nós «cortar-nos» desta Europa sabendo que dois terços do comércio externo português se fazem justamente com ela? Poderemos nós, através de uma diversificação das nossas relações internacionais, substituir o papel que até hoje a Europa tem tido em relação a Portugal pelo que eventualmente poderia vir a ser desempenhado por países socialistas e por outros países do Terceiro Mundo?

A nosso ver, ver de socialistas, nada disso pode ser visto assim. Não podemos repudiar todo o apoio da social-democracia europeia. Pensando-o, esquecemos muita coisa. Esquecemos, por exemplo, que a própria União Soviética, para o desenvolvimento do seu complexo industrial da Sibéria, está a beneficiar dos capitais e da técnica da Alemanha Federal. Por exemplo.

DIZER «SIM» À REVOLUÇÃO — MAS NÃO A QUALQUER...

Por outro lado, nós sabemos que um dos mais graves problemas no nosso País é o problema do desemprego. Neste momento, são já 250 mil desempregados e iremos ter muitos mais, sobretudo se a torrente de portugueses desalojados, vindos de Angola, se intensificar e se muitos dos portugueses que se encontram em países europeus se virem obrigados a regressar a Portugal. Isto significa que nós poderemos ter

a curto prazo meio milhão de desempregados, com todas as consequências sociais inerentes ao facto. Que exército extraordinário para a contra-revolução estará aí, se nós não nos resolvermos ou não tivermos capacidade para resolver os problemas que se nos põem...

Ora, para os resolver, nós precisamos de criar novos postos de trabalho, precisamos de desenvolver as nossas indústrias, precisamos de desenvolver a nossa agricultura. Para isso, precisamos de crédito e precisamos de novos investimentos. E de onde é que nos pode vir esse crédito, de onde é que nos podem vir esses investimentos?

Por tudo, nós dizemos «sim» à Revolução, mas não a qualquer revolução. Nós queremos o socialismo para resolver os problemas concretos do Povo português — e não para instalar a penúria e a miséria no Povo português.

LINHAS DE RUPTURA POR SÍTIOS IMPRÓPRIOS

— *Há quem diga (e eu penso como esses) que o sentimento mais generalizado em Portugal, neste momento, é um misto de ódio e de medo. Se eventualmente concordar com esta opinião, a que atribui o facto?*

— Eu não seria tão radical nessa apreciação. Existe uma mancha da população portuguesa que tem ódio pela Revolução, que se sente lesada, que não a compreende. É necessário que seja feito um esforço no sentido de explicar a Revolução portuguesa, os seus objectivos, as suas fases. Impõe-se explicar tudo ao Povo português — e fazê-lo com muita paciência e com muita prudência. Isso implica que se não queira andar demasiadamente depressa, sabendo-se que essa é uma maneira de muitas vezes não se chegar a parte nenhuma. Uma transformação social como aquela que nós estamos a viver, obriga a um grande esforço de esclarecimento por parte dos responsáveis junto da população portuguesa.

Por outro lado, essas incompreensões geram reacções e descontentamentos. É natural. Mas eu penso que a maior parte do Povo português está com a Revolução — simplesmente é necessário evitar que as linhas de ruptura passem pelos maus sítios. Há dias, num artigo de fundo do «Diário de Notícias», dizia-se que a linha de ruptura passa à esquerda do Partido Socialista. Para o articulista do «Diário de Notícias», tanto quanto se pode entender, a Revolução deveria ser feita somente em nome e para, na melhor das hipóteses, apenas 18 por cento do eleitorado português — isto é, praticamente 18 por cento do Povo português, visto que 90 por cento dos portugueses votaram. Eu penso que a Revolução tem de contar com o apoio da grande maioria das massas trabalhadoras portuguesas e que, portanto, a linha de clivagem não pode situar-se à esquerda do Partido Socialista mas sim à direita do PPD. É preciso ganhar, para a Revolução portuguesa, as classes médias, os pequenos e médios comerciantes, os pequenos cultivadores, o funcionalismo, toda a gente que se sente ser Povo deste país e que não está com os grandes exploradores, os grandes capitalistas (praticamente em vias de extinção) e com os grandes latifundiários.

Tentar fazer percorrer a esta Revolução um caminho que se vai estreitando com o tempo e que vai suprimindo todos esses sectores, é contribuir de uma maneira propositada e deliberada para o insucesso da Revolução. Penso que se nós afastamos as classes médias e uma grande parte dos quadros técnicos e intelectuais — veja-se a emigração em massa da técnica e da inteligência portuguesa —; se depois disso vamos por medidas inconsideradas de reforma agrária, por ocupações atribiliárias de terras e de herdades como está a acontecer no Alentejo; se vamos voltar contra nós, contra a Revolução, a maior parte do proletariado agrícola e dos pequenos cultivadores; se vamos ferir nos seus sentimentos e crenças religiosas, como sucedeu no caso da Rádio Renascença, essa imensa maioria do Povo português que é católica; se vamos, através da instalação de reivindicações permanentes irrealistas, de manifestações não entendidas pela massa do Povo, criar um sentimento de angústia nas pessoas que aspiram acima de tudo à ordem, tranquilidade, paz, trabalho e a terem um nível de vida melhor para si e para os seus filhos; se vamos fazer descer drasticamente, porque nos isolamos do mundo exterior e nos transformamos numa espécie de Albânia Portuguesa, o nível de vida do Povo português e vamos permitir que os trabalhadores portugueses, em confronto com os trabalhadores espanhóis, verifique que estes sob o fascismo vivem melhor que os portugueses, a despeito da Revolução...; se fizermos ou deixarmos que se faça tudo isto, pois é evidente que nós estamos a fazer, a arrastar, a empurrar esta nossa revolução para um beco sem saída, a suscitar grandes manchas de insegurança, de inquietação, até de desencorajamento, até de oposição e mesmo de ódio, que são extremamente nocivas para a Revolução.

O POVO PORTUGUÊS SÃO TODOS OS PORTUGUESES

Nós dissemos que o Partido Socialista tinha uma missão histórica a desempenhar e que essa missão era a de não deixar que o descontentamento nacional, que é muito grande, que existe realmente, se polarize e se cristalice ao redor de posições de direita. Talvez que a nossa saída do Governo possa ter essa importância para a nossa Revolução, a importância de fazer pensar ao Povo português, dado que nós somos revolucionários e estamos com a Revolução mas não estamos no Governo, que é possível uma alternativa democrática, socialista e exequível para a linha política que está a ser seguida actualmente.

— *Fala-se do Povo. Fala-se muito no Povo. Procede-se e diz-se, em tudo, em nome do Povo. Para si, quem é Povo?*

— O Povo português, para mim, são todos os portugueses, todos os portugueses fazem parte do povo, embora esse povo se encontre actualmente subdividido em várias categorias sociais e haja, necessariamente, uma primeira linha de partilha composta por aqueles que trabalham, e por aqueles que vivem da exploração do trabalho dos outros. Mas os casos mais escandalosos destes últimos estão já, e naturalmente, excluídos do processo revolucionário. O Povo é o conjunto dos

portugueses: a classe operária, os trabalhadores rurais, os pequenos cultivadores, os pequenos comerciantes, os funcionários, os estudantes, os intelectuais, os militares. Para mim, todos representam o Povo. Pensamos que há que resolver os problemas destas pessoas. É muito comum ouvir-se falar em nome do Povo? Nós pensamos que não há proprietários do Povo, da mesma maneira que pensamos que não há Partidos-guias, partidos que por constatação metafísica se identifiquem com a classe trabalhadora contra outros partidos que não se identificam com essa mesma classe trabalhadora. Pensamos que a primeira condição para respeitar o Povo é respeitar a sua vontade e que a vontade do Povo se exprime através de eleições e através do sufrágio universal. Não se pode dizer que se defende o Povo quando se nega ao Povo o direito de se exprimir livremente. Ou quando ele se exprime através de uma eleição e se diz que ele não está preparado para se exprimir e portanto temos que o libertar à força e contra a sua própria vontade. Isso é uma posição profundamente paternalista e elitista, que nega a importância radical do Povo como órgão de soberania que efectivamente deve ser, através do sufrágio universal. Para falar em nome do Povo é preciso, antes de mais nada, ter representação do Povo para isso. E essa representação é dada através de eleições. Eleições ao nível nacional e eleições ao nível local. Falar de unidade popular e inventar formas mais ou menos corporativas de expressão popular, significa meternos por uma vereda que conduz directamente ao corporativismo e não ao socialismo.

PERSPECTIVA OPTIMISTA APESAR DE TUDO

— *O futuro deste País. A curto prazo e a prazo mais longo. Nos planos económico, político e social.*

Estamos numa situação muito complexa, temos muitos e difíceis problemas a resolver... É praticamente impossível, neste momento, fazer uma previsão. Mesmo a curto prazo. E não se podem confundir desejos com realidades. Eu gostaria que Portugal caminhasse resolutamente na via do socialismo, mas através de uma democracia política. Penso que a democracia política foi aquilo que permitiu a criação e a consolidação do Movimento das Forças Armadas. O Movimento das Forças Armadas formou-se ao redor do Programa do M. F. A. e esse programa é um programa de democracia política. E não mais. Tudo quanto se fala no programa de democracia política é de uma estratégia antimonopolista. Depois disso foram feitos vários textos que fizeram progredir o Movimento das Forças Armadas no sentido do socialismo e através de uma via que, primeiro, se dizia socializante e que agora se diz, claramente, socialista. Penso que Portugal poderá caminhar nessa via desde que seja bem definido o sector que fica ainda para a iniciativa privada e desde que se criem formas de gestão do sector público que sejam essencialmente democráticas. O Partido Socialista é favorável em princípio à autogestão, é favorável ao poder democrático dos trabalhadores; e é contrário a

(Continua na pág. 8)

É PRECISO TER A CORAGEM DE DIZER BASTA

Após a decisão do Secretariado Nacional do P. S. relativa à saída dos ministros socialistas do Governo, (a que nos referimos nesta mesma página) o secretário-geral do partido, Mário Soares, escreveu uma carta em que comunicou ao Presidente da República o abandono das suas funções no Governo, definiu a sua posição pessoal face à grave situação política do País. Essa carta constitui um documento que bem se poderá considerar histórico e cuja importância, no contexto da revolução de 25 de Abril, é inegável. Parece não o ter entendido assim a imprensa portuguesa nacionalizada, que a ela se referiu apenas em breves e menos significativas transcrições parciais. Por um motivo e por outro, reproduzimo-la na íntegra:

«Senhor Presidente da República,

No dia 22 de Maio passado tive ocasião de informar V. Ex.ª, em nome do Partido Socialista, que o assunto «República» era para nós um caso muito grave e sintomático, acerca do qual nós não estaríamos dispostos a transigir, fossem quais fossem as pressões que sobre nós se exercessem.

Tratava-se, claramente, não de um conflito de trabalho—como o quiseram mostrar os inimigos da liberdade—mas de uma luta de fundo em favor da liberdade de informação, um ponto alto para a conquista e manipulação dos órgãos de Comunicação Social, numa estratégia global para a conquista do poder por métodos não democráticos — estratégia que hoje está à vista de todos e não é mais possível disfarçar.

O partido mais votado nas eleições, que goza incontestavelmente da confiança da maioria do Povo Português, ficou assim privado de uma das raras tribunas que ainda tinha ao seu dispor, um órgão livre, independente, com velhas tradições de luta anti-fascista e de expressão socialista não totalitária.

V. Ex.ª e depois o Conselho da Revolução e o próprio Primeiro Ministro disseram-me — e repetiram-no publicamente — que o problema se iria resolver, a contento da redacção, da administração e dos leitores. Com essa condição expressa, nós, socialistas, voltamos ao Governo que havíamos abandonado. Passaram entre tanto os dias e as semanas. O caso República transformou-se num problema político importante — um teste para todo o País e para a opinião pública internacional. V. Ex.ª, o Primeiro Ministro, e o Almirante Rosa Coutinho — entre outros —

no regresso de viagens ao estrangeiro, disseram que em toda a parte lhes haviam falado no caso República. E em vez de concluírem que se tratava — como efectivamente se trata — de uma avaliação concreta da sinceridade do pluralismo proclamado (cada vez menos assegurado na prática, infelizmente!) falaram em «empolamento» artificial de um caso que não revestia tal importância, embora sempre garantindo, valha a verdade, que o problema seria resolvido nos termos da Lei da Imprensa em vigor e, portanto, a nosso contento.

Houve depois a decisão solene do Conselho Superior da Revolução que, como se sabe, não foi cumprida apesar de se garantir o trabalho àqueles trabalhadores que não quisessem ficar sob a orientação da direcção do jornal. Não se tratava já tão só de um teste à liberdade de informação mas de um desafio — grave e pesado de consequências! — à autoridade do poder constituído. Quem manda afinal neste País, uma vez que o Conselho da Revolução, instância máxima do poder, não consegue fazer-se obedecer nem fazer respeitar as suas decisões?

O caso da Rádio Renascença com as tergiversações a que deu lugar, inculca, de resto, a mesma irrecusável interrogação.

Acresce que o República era um dos poucos jornais diários deste País que não vivia dos avales do Estado, isto é, do dinheiro dos contribuintes. Porque a trágica situação dos nossos meios de informação é hoje esta: a esmagadora maioria dos portugueses paga directa e indirectamente para ser, diariamente, sujeita a verdadeiras lavagens de cérebro e ofendida nas suas crenças e convicções. Sem qualquer possibilidade de defesa — e cada dia pior. Por isso o país voltou a ouvir a BBC e outros emissores estrangeiros. Por isso também — como V. Ex.ª ainda há poucos dias referiu — os boatos alastram numa escalada devastadora.

Os quase dois meses que transcorreram sobre o caso da República, sem haver uma solução, arruinaram evidentemente a empresa. Porém isso seria o menos. Os amigos e os leitores da República, como sempre fizeram durante os anos negros do fascismo, estariam dispostos a arcar com todos os sacrifícios para ter o seu jornal, desde que o tenham efectivamente. Dirigido por Raul Rego — espelho de jornalista e imagem do resistente — e pela equipa dos jornalistas em que sempre confiaram.

Prém, hoje, contrariamente, uma vez mais, à ordem

— afirmação do secretário geral do P. S. numa carta enviado ao Chefe do Estado

dada pelo Conselho da Revolução às tantas da madrugada, a chamada Comissão dos Trabalhadores fez sair um número pirata da República — com o nome de um coronel como director, o mesmo, parece que havia sido indigitado para uma Comissão Administrativa que a legítima Administração da República não aceita de nenhum modo. Trata-se de uma provocação e de uma usurpação — ambas inaceitáveis.

Claramente, Senhor Presidente, que as coisas passam as marcas. O caso República insere-se, de resto, num contexto muito mais vasto de crise geral de autoridade do Estado, corroído pela demagogia, pela irresponsabilidade e pelo anarco-populismo — com os quais se transia a cada momento. Em nome da Revolução em-

purra-se todo o processo revolucionário para um verdadeiro impasse de trágicas consequências e que só favorecerá objectivamente a contra-revolução.

Em nome do Povo, desrespeita-se diariamente a vontade expressa por esmagadora maioria desse mesmo povo. A nosa revolução está em perigo na medida em que se põem em causa as instituições democráticas que são o seu primeiro fundamento e justificação. O Pacto firmado entre o M. F. A. e os Partidos, na presença de V. Ex.ª acaba de ser implicitamente denunciado numa Assembleia a que V. Ex.ª há dois dias presidiu.

Por meu lado, não posso continuar a pertencer a um Governo que não governe e que cada dia, na prática, se demite das responsabilidades livremente assumi-

das perante o País. Nem dar caução moral e política a uma situação que se degrada em permanência.

Não foi para isso que o Povo conferiu um mandato inequívoco ao Partido Socialista que em todas as circunstâncias se manterá fiel ao Povo e à Revolução.

Acredite, Senhor Presidente, que avalio bem a sua angústia e o seu drama pessoal. Mas chega sempre o momento em que é preciso ter a coragem de dizer basta — de afirmar aquilo por que nos batemos, sem hesitações, sejam quais forem as consequências. A menos que se renequem os princípios e por não honrar os compromissos livremente assumidos perante o Povo, se perca a própria legitimidade. Ora é isso que não posso fazer e que o meu Partido me impõe que não faça.

O CASO «REPÚBLICA» NA ORIGEM DA SAÍDA DO P. S. DO GOVERNO

A opinião de que o assalto ao jornal «República» se trata de um caso sem importância, empolado por interesses partidários, só pode ser partilhada por aqueles que ignoram o papel fundamental de uma imprensa livre e independente na classificação e consolidação de qualquer processo político, por aqueles a quem não interessa essa liberdade ou ainda pelos que perderam a sensibilidade a qualquer tipo de ditadura, ao fim de quase meio século vivido sem grandes preocupações com a que tivemos.

Numa linha absolutamente contrária à atitude obtusa, estratégica ou alienada de minimizar o problema, o Secretariado Nacional do Partido Socialista decidiu que «os seus ministros e secretários de Estado cessassem imediatamente as suas funções no Governo», face à saída de «mais uma edição pirata da «República» (a primeira da série que vem sendo publicada desde 10 do corrente) avalizada pelo nome de um oficial do Exército que nela figura como director.»

Salientando a absoluta contradição de tal facto com as decisões e compromissos públicos dos mais altos responsáveis dos órgãos de poder, o Secretariado Nacional do P. S., no comunicado em que anuncia tal decisão, lembra que:

a) O Conselho da Revolução decidiu que o jornal República tinha de ser entregue à Direc-

ção e Redacção, a quem competia a sua orientação ideológica, nos termos da lei de imprensa;

b) De modo idêntico decidiu o Conselho de Imprensa;

c) O Sr. Presidente da República afirmou em França que o caso «República» já estava resolvido (sic!), assegurando assim publicamente o respeito pela legalidade revolucionária;

d) O sr. Almirante Rosa Coutinho e os Comandantes Srs. Correia Jesuino e Rui Montês (Ministro da Comunicação Social e Director Geral da Informação) afirmaram repetidas vezes que o caso República era um caso sem importância e que o seu alcance fora «ignobilmente» explorado.

Depois de se referir às inúmeras vezes que os redactores, directores e administradores foram impedidos de entrar nas instalações do jornal, «ocupadas por grupos de civis alheios à República armados de G-3, e que segundo se diz pertencem a conhecidas milícias partidárias», o Secretariado Nacional do P. S. conclui:

a) a palavra do Presidente da República não foi respeitada,

b) a decisão do Conselho da Revolução não teve qualquer alcance nem significado real;

c) as declarações do Sr. Almirante Rosa Coutinho e dos Srs. Comandantes Jesuino e Montês necessitarão de ser valorizadas devidamente pela for-

ma que cada um julgar mais adequada

No mesmo comunicado, se considera ainda que: «a aliança entre as forças políticas portuguesas no seu caminho para uma democracia socialista pluralista tem de se basear no cumprimento dos pactos entre elas firmados e no respeito pela palavra empenhada. Doutra modo, não se caminhará nem para a democracia, nem para o socialismo. Não há Estado sem autoridade. Nem há revolução sem autoridade revolucionária.»

«GRAVE AFRONTA»

A decisão do Secretariado Nacional do P. S. relativamente à saída do Governo dos seus ministros e secretários de Estado foi ratificada pela unanimidade dos membros da Comissão Directiva do partido.

O Grupo Parlamentar, por seu lado, aprovou uma moção em que, além de definir algumas propostas de acção política, manifesta ao secretário-geral «o seu inteiro apoio pela decisão de abandonar o Governo, face à grave afronta sofrida com o caso República» e exorta o Secretariado «para que prossiga corajosamente a luta contra todas as formas de opressão e manipulação da opinião pública, assumindo assim o nosso Partido as suas históricas responsabilidades na presente conjuntura.»

FP 10) PARIS, 12 = TODOS OS JORNAIS PARISIENSES DA MANHÃ DEDICAM OS SEUS PRINCIPAIS COMENTARIOS A SITUAÇÃO POLITICA EM PORTUGAL DESDE A DECISÃO DO PARTIDO SOCIALISTA PORTUGUÊS DE ABANDONAR O GOVERNO PROVISORIO.

ASSIM I' "LIBERATION" (ESQUERDA) CONSIDERA QUE A SAIDA DO P. S. DO GOVERNO, "AO MESMO TEMPO QUE CLARIFICA A SITUAÇÃO, NÃO FARÁ MAIS DO QUE ACELERAR A CRISE DO PODER EM PORTUGAL". "A CRISE QUE SE ABRE EM PORTUGAL ARRISCA SER DE SOLUÇÃO DIFÍCIL TANTO MAIS QUE SE TORNA URGENTE ENCONTRAR UMA SOLUÇÃO AO PROBLEMA ECONO-

MENTIR É TRAIR OS TRABALHADORES

* A «República»-pirata mente

Os habituais leitores da verdadeira «República» certamente fizeram já o seu juízo de valor acerca do «produto» que para aí circula com o mesmo nome. O contraste é tão grande, entre o original e a imitação, que se torna desnecessário focar essas diferenças — fundamentais umas, de pormenor outras. Não queremos, todavia, deixar passar em claro algo que os leitores, por si sós, não teriam possibilidade de detectar: o facto de se poder afirmar categoricamente que a «República»-pirata utiliza as suas colunas para mentir. Aquela folha publicou, no passado dia 12, um telegrama da agência France Press, deturpando escandalosamente o segundo parágrafo da noticia, como o leitor pode verificar pelas gravuras juntas. Abstemo-nos de comentários. Apenas lembramos que, sendo a verdade revolucionária, a mentira, por oposição, é contra-revolucionária. Não é, realmente, com a mentira que melhor se servem os trabalhadores deste País.

COM A SAIDA DO P. S. NÃO HAVERÁ MAIS CRISE DO PODER EM PORTUGAL

• Os países europeus capitalistas mostram-se todavia «profundamente preocupados»

PARIS, 12 (FP) — Todos os jornais parisienses da manhã dedicam os seus principais comentários à situação política em Portugal desde a decisão do Partido Socialista Português de abandonar o Governo Provisório.

Assim o «Liberation» (Esquerda) considera que a saída do P. S. do Governo «ao mesmo tempo que clarifica a situação, não fará mais crise do poder em Portugal».

A crise que se abre em Portugal arrisca ser de solução difícil tanto mais que se torna urgente encontrar uma solução ao problema económico, porque é também uma das

concretizações do projecto do M. F. A.».

Por sua vez, em Haia, o primeiro-ministro holandês, Joop Den Uyl, manifestou ontem, à noite, «profunda preocupação» acerca dos acontecimentos políticos ligados em Portugal e afirmou que as Forças Armadas portuguesas estavam a revelar respeito insuficiente pela democracia.

Den Uyl falava numa conferência de imprensa, após uma sessão semanal do Gabinete de rotina.

O primeiro-ministro acrescentou estar muito preocupado acerca dos acontecimentos em Portugal e que os ministros do Mercado Comum Europeu discutiriam certamente a situação nesse país durante uma sessão marcada para Bruxelas, na próxima semana.

Por outro lado em Viena, o Chanceler da Áustria Bruno

O ALERTAM

AS DECLARAÇÕES DE MÁRIO SOARES

(Continuação da pág. 6)

formas de capitalismo de Estado de fachada socialista.

Nós entendemos que em Portugal é possível, neste momento, fazer uma revolução, desde que se não dêem rupturas em maus sítios e se não crie um ambiente de desencorajamento e de divisão na sociedade portuguesa que ponha em causa a própria Revolução. A minha perspectiva é, apesar de tudo, optimista, embora sabendo que os problemas económicos, os resultados da descolonização, tendo sobretudo em conta os acontecimentos de Angola, e os problemas sociais face ao desenvolvimento dessa onda reivindicativa que grassa em todo o País — embora sabendo — dizia, que estes são problemas muito sérios e extremamente difíceis de resolver. Portugal, entre o mundo mediterrânico e o mundo atlântico: Portugal, país com vocação para o Terceiro Mundo; Portugal, aberto hoje aos países do Leste mas integrado fundamentalmente numa aliança ocidental, debate-se com problemas que tornam a nossa experiência singularmente difícil.

É um desafio para os portugueses. Penso que esse desafio pode ser ganho. Mas desde que haja bom senso e uma compreensão grande da maneira como Marx definia a liberdade: a consciência da necessidade. Para sermos livres, em Portugal, temos de ter consciência do condicionalismo que nos cerca. Da relação de forças da sociedade portuguesa e da relação de forças internacionais. É dentro deste condicionalismo e aceitando esta necessidade no sentido filosófico do termo, que nós podemos ser um povo livre. Se ignorarmos esse condicionalismo ou quisermos saltar sobre ele, nós arriscamo-nos, e muito, a recair noutras formas de escravidão não me-

nos gravosas do que aquelas que conhecemos no passado.

— Dentro dos objectivos que acaba de definir, qual vai ser a orientação do Partido Socialista?

Estamos perante o problema de imaginar e decidir qual será a nossa linha de actuação, a partir do momento em que deixamos de ser membros, como partido, da coligação governamental. Isso depende de como a coligação se vai definir e de quais as grandes linhas mestras da orientação política, económica e social que nos vão ser propostas pelo actual Governo ou pelo Governo que sair desta crise. Vai o Partido Socialista entrar decididamente na oposição? Vai o Partido Socialista ter uma posição de apoio exterior ao processo, embora no plano crítico? Tudo depende, fundamentalmente, do projecto político que for apresentado ao País.

De qualquer maneira, o Partido Socialista é um grande partido de massas. É o maior partido português. E não só pelo número dos seus votantes e eleitores, mas também pela sua capacidade de mobilização imediata. É um partido que está implantado a todos os níveis da vida nacional. É, em suma, um partido que não engeita as suas responsabilidades perante a Nação. Vamos mobilizar todo o País, todas as massas populares que secundam e acreditam no Partido Socialista, ao redor desse plano de alternativa. Estamos convencidos de que o Povo português compreenderá a nossa linha. A linha que preconizamos é a melhor linha para definir um projecto de reconstrução nacional e assegurar o triunfo da nossa Revolução.

— A reacção internacional (reacção de reagir) à saída

do Partido Socialista do Governo e às novas propostas do M. F. A..

A reacção está à vista. Não só os partidos socialistas como até alguns partidos comunistas — caso do Partido italiano — como muitos movimentos progressistas do Terceiro Mundo, têm expressado, de uma maneira ou de outra, o seu desagrado profundo pela saída do Partido Socialista do Governo. A nossa presença no Governo era uma garantia de que o processo seguia segundo certas linhas de respeito pela liberdade, pela democracia política e pelos direitos do Homem. Não procuramos fazer valer a nossa influência e as nossas ligações internacionais para, de alguma maneira, constranger o Governo. Pensamos que a política externa deve ser utilizada ao serviço da política interna. Mas não deve ser usada pelos partidos com uma arma. O Partido Socialista vale pela sua implantação nacional, pela confiança que o Povo português tem nele, e não pela sua audiência internacional. Entretanto, e uma vez que essa influência existe, o Partido Socialista vai tentar utilizá-la no sentido de convencer a Europa do Mercado Comum e a Europa da E. F. T. A., a continuarem a auxiliar o processo português e a manterem uma política — que, mesmo agora, se encontrava em definição — de auxílio económico a Portugal. Nós pensamos que o desenvolvimento da economia portuguesa passa, fundamentalmente, pelo estreitamento de relações com a Europa.

De qualquer modo, e no que respeita a auxílios, não são as palavras que contam, mas os actos. E também nós, portugueses, não somos julgados por aquilo que dizemos, mas por aquilo que fazemos. Penso

ser evidente que se nós quisermos estreitar as nossas relações com a Europa temos que ter um quadro institucional que seja um quadro institucional aceite pela Europa. A ditadura dos coroneis na Grécia isolou aquele país de toda a Europa, como se sabe. Torna-se óbvio, pois, que se nós seguirmos uma via não democrática, isso nos separa necessariamente da Europa. Trata-se de algo que não está relacionado directamente com a presença no Governo do Partido Socialista, mas sim com a existência, ou não, de uma política democrática no nosso País.

— A luta partidária, neste momento, servirá o Povo?

Não há democracia política sem partidos. Não há democracia política sem respeito pelo sufrágio universal. Não há democracia política sem liberdade de Informação. Não há democracia política sem sindicatos livres e não partidários, sem sindicatos que não sejam correias de transmissão de partidos mas, sim, genuinamente representativos da vontade dos trabalhadores. Estas são as condições fundamentais, a meu ver, para que haja uma democracia política. Quanto a mim, é mesmo um dos dados fundamentais para a compreensão deste nosso processo.

Logo, a existência de partidos políticos pressupõe a existência de uma certa luta partidária. Ultimamente, certos elementos do Movimento das Forças Armadas têm criticado muito a existência das lutas partidárias. Mas é preciso não esquecer que essas lutas partidárias existem não somente no meio civil, mas também, necessariamente, no meio militar. Aliás, se o Exército, como se diz, é o Povo fardado, o Povo armado, é evidente que o Exército tem que ser o espelho des-

se mesmo povo e tem que reflectir essas predilecções e simpatias partidárias. Procurou dizer-se que a decisão do Partido Socialista havia sido motivada por o mesmo sobrepor os interesses partidários aos interesses nacionais. Trata-se de uma maneira infantil de pôr o problema, visto que qualquer elemento de qualquer partido lhe responderá que defende a sua política partidária porque considera que essa é a mais consentânea com os interesses nacionais. É isto o que acontece efectivamente com qualquer membro de qualquer partido, a menos que ele seja oportunista.

Torna-se necessário, é claro, que essas lutas não tenham um cunho pessoal. Que essas lutas não sejam dramatizadas nem exageradas, mas tidas como um facto normal. Mas não vejo que neste momento, em que se está a debater o projecto futuro da sociedade, pudesse deixar de haver lutas partidárias com base em concepções filosóficas e económicas completamente diferentes, senão mesmo antagónicas. Destas lutas, o único juiz é o Povo. Só ele pode decidir. Tudo o que for contrário a esta verdade, é naturalmente querer assegurar o Poder por via não democrática e mesmo anti-democrática.

— * —

Estas as declarações que o dr. Mário Soares concedeu ao nosso jornal, na tarde do passado domingo, dia 13.

«JORNAL DO CASO REPÚBLICA»

Proprietário: Gustavo Soromenho
Redacção e Administração: Rua da Emenda, 13-3.º — Lisboa - 2
Composto e impresso nas Oficinas da «Gráfica de Coimbra» — Coimbra.